

XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

SIMPÓSIO TEMÁTICO: ESTADO E PODER NO BRASIL

AUTOR: THÉO LOBARINHAS PIÑEIRO – UFF

COMUNICAÇÃO – O CORPO DE COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO: OS NEGOCIANTES SE ORGANIZAM

Com a chegada da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, iniciou-se o processo de montagem do aparelho de Estado, para administrar o império lusitano a partir do Rio de Janeiro. Paralelamente à transferência da estrutura estatal observa-se também a destruição da dominação colonial, pelo menos do ponto de vista econômico. Além da sempre mencionada abertura dos portos, foi importante, em 1º de abril, da legislação que proibia a instalação de indústrias e manufaturas no Brasil. Entretanto, significou também conhecer os problemas, personagens e dificuldades da nova capital.

Logo de início, o monarca percebeu que havia pelo menos um grupo capaz de se fazer ouvir na devesa de seus interesses, principalmente diante da necessidade de recursos que tinha a monarquia. Eram os possuidores do dinheiro, embora não estivessem dispostos a entregá-lo sem compensações, sendo muito importantes desde a segunda metade do século XVIII.¹

Não eram, de modo algum, desconhecidos na cidade, embora talvez o regente ainda não os conhecesse. Ao contrário, constituíam-se de seu setor econômico mais importante, sendo responsáveis pela circulação de mercadorias, integrando a estrutura do comércio atlântico português. Eram os *Negociantes*² estabelecidos no Rio de Janeiro, que estavam no topo da hierarquia da economia e da sociedade da cidade.

Pouco depois de desembarcar, ainda em março de 1808, D. João descobriu que a reação dos homens de comércio de Salvador, em relação à abertura dos portos, não era uma atitude isolada. Na agora sede do governo do reino, o *Corpo do Comércio*, que então começava a se organizar, da mesma forma que os baianos, enviou uma Representação ao regente, com 108 assinaturas, o que já demonstrava a capacidade de organização do grupo, na qual

“Dizem os abaixo assinados, mercadores de lojas de varejo nesta Corte, que sendo este o seu modo de vida se acham reduzidos agora à última ruína e miséria por isso que os Ingleses de novo vindos têm estabelecido algumas lojas de varejo, como é nas ruas dos Pescadores, São Pedro, Direita e d’Ouvidor e estabeleceram, não havendo proibição, quantas puderam, e porquanto desta sorte vem todo o Comércio desta Corte a ficar em poder dos mesmos Ingleses, quando são eles os principais Negociantes de grosso e assim podem fazer os monopólios que quiserem, não sendo permitido em Portugal o varejo a Nação alguma Estrangeira.”³

Este seletto grupo era formado por homens que haviam se fortalecido, desde a segunda metade do século anterior, através de sua atividade no comércio português do atlântico, bem como pela distribuição das mercadorias no Brasil e que retirava seus lucros principalmente do comércio de escravos. Estavam ligados ao comércio de escravos,

¹ - Eulália Maria L. Lobo. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital financeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978, vol. 1, p. 56.

² - Por *Negociante*, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores-chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc.

³ - *Pedem a Vossa Alteza Real se digne pela sua paternal clemência ocorrer à ruína dos Suplicantes e do Comércio desta Corte, determinando que os Ingleses não possam estabelecer lojas de varejo e de vender por miúdo, e incumbindo a vigilância da Contravenção ao Tribunal que for competente*. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. Loc. 11-34-27-10

importação e exportação, financiamento, além de investirem em propriedades urbanas e rurais. Foram esses os homens que começaram a dar forma a uma organização dos Negociantes do Rio de Janeiro e que se denominava *Corpo do Commercio*, para representar seus interesses junto ao governo. Souberam efetivamente se fazer ouvir, de maneira que, embora não *formalmente organizados* já eram reconhecidos pelas autoridades.⁴ Este foi o primeiro *clube* dos *Negociantes*; os outros dois seriam a *Sociedade dos Assinantes da Praça* e a *Associação Comercial do Rio de Janeiro*.⁵

O avanço da organização dos Negociantes permitiu inclusive que eles conseguissem do regente, em 1809, que o Alvará dispendo sobre a arrecadação necessária para a instalação e manutenção do Tribunal do Comércio, trouxesse ainda a previsão de arrecadação para o

“(…) que for necessário e conveniente fazer-se, já para a construção de uma Praça do Comércio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transações e empresas mercantis, já para o estabelecimento de Aulas de Comércio, em que se vão destinar aqueles dos meus Vassallos que quiserem entrar nesta útil profissão, instruídos nos conhecimentos próprios dela.”⁶

Os incentivos da Coroa, ao lado do surgimento de melhores condições de negócios, rapidamente fizeram surgir uma típica associação de capitais, que se apropriaram de um ramo altamente lucrativo: o de seguros. Já em 1810, iniciaram-se as atividades da Companhia de Seguros Marítimos⁷. Outra importante seguradora foi a Companhia de Seguros Previdente⁸. Também a Companhia de Seguros Permanente reunia importantes *homens de negócios* da cidade⁹.

Outra grande fonte de renda desses Negociantes era a *arrematação dos contratos da Coroa*. A cessão dos direitos de cobrança de impostos e taxas por parte das monarquias européias era uma prática antiga. Através dela, evitava-se a montagem de um aparelho burocrático para tais fins. Significava também um eficiente meio de acumulação para os arrematantes, propiciando aos *homens de negócios*, além disto, muita influência nos assuntos oficiais.¹⁰

Toda esta capacidade de acumulação e o controle do circuito interno de distribuição permitem entender como os grandes *Negociantes* foram pouco afetados – apesar de muitos dizerem o contrário – pelo Tratado de Comércio e Navegação, com a Inglaterra, de 19 de fevereiro de 1810. Muito importante para os *homens de negócios* foi a

⁴ - Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Os Assinantes da Praça, 1834-1984*. Rio de Janeiro, Xerox do Brasil, 1984, p. 13.

⁵ - A idéia de chamar as organizações dos *Negociantes* de *clube*, veio do início da definição trazida por Marco Morel da *Nova Luz Brasileira*, n° 33, 2/04/1830, segundo a qual um *club* “(...) É um ajuntamento reservado de pessoas que sem faculdade do Governo, tratam de alguma cousa extraordinária (...)”. Claro que desloquei propositalmente o sentido, mas para firmar o caráter associativo e que demarca um espaço público distinto do governo. Ver: Marco Morel. *Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro, 2002, ex. mim.

⁶ - *Alvará de 15 de julho de 1809*, cit. em: Herculano Gomes Mathias. *Comércio - 173 Anos de Desenvolvimento: A História da Associação Comercial do Rio de Janeiro (1820-1993)*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993, p. 21-22.

⁷ - Riva Gorenstein. “Comércio e Política: o enraizamento de interesses mercantins portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. In: Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação, Divisão de Editoração, 1993, p. 147-148.

⁸ - Afonso Arinos de M. Franco. *História do Banco do Brasil*. Brasília, Banco do Brasil, 1973. Vol. 1.

⁹ - Riva Gorenstein. “Comércio e Política: O enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. Ob. cit., p. 151-152.

¹⁰ - Helen Osório. “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (orgs). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 107-137.

revogação da legislação que proibia empréstimo de dinheiro a mais de cinco por cento ao ano. Tal decisão foi sugerida pela Real Junta de Comércio, onde os *Negociantes* eram bem representados, com a justificativa de que tal limitação, ao restringir o crédito, prejudicava as atividades mercantis¹¹.

Somente em 1816, e sendo necessária também a contribuição dos próprios interessados, é que a construção do prédio da *Praça do Commercio* será iniciada. Construído em terreno doado pelo regente, ficava na então rua do Sabão, atual Visconde de Itaboraí.¹² O prédio foi inaugurado em 14 de julho de 1820, com grande festividade, com a presença de D. João VI e seus filhos, o que demonstrava a excelente relação que existia entre a Coroa e os Negociantes e que se firmara mais ainda depois da entrada desses no Banco do Brasil e das homenagens prestadas ao rei quando do Reino Unido. No ano seguinte, com a decisão de D. João VI de partir para Lisboa, começou o afastamento, que se consumou com a política das Cortes. Aí então, os Negociantes já haviam encontrado em D. Pedro e nas autoridades que aqui permaneceram novos aliados e se engajaram no rompimento com Portugal.

De início, não foi fácil restabelecer as relações com o herdeiro do trono português, devido à sua participação nos conflitos na *Praça do Commercio*, em 1821, uma vez que a ele e ao conde dos Arcos são atribuídas as ordens para a intervenção da tropa contra a população ali reunida.¹³ Entretanto, se algum ressentimento havia ficado entre os as partes, devido à participação do futuro imperador nos acontecimentos, a necessidade de enfrentar a política vinda de Lisboa aproximou-os. Como dizia a representação entregue ao então regente em 2 de janeiro de 1822, na qual eram oferecidos “seus bens” e “seus serviços pessoais”, a grande maioria dos Negociantes, do Rio de Janeiro, de Salvador e de outras praças, participou do movimento de ruptura com Portugal e desde os primeiros momentos da articulação. Muitos fizeram parte do Apostolado, como Joaquim José Pereira de Faro, José Antonio Lisboa, Amaro da Silva, José Alexandre Carneiro Leão (irmão de Fernando), José Joaquim de Azevedo e Joaquim Carneiro de Campos.¹⁴

Do mesmo modo, os *Negociantes* estavam cada vez mais organizados no *Corpo do Commercio*, podendo ser a sua capacidade de articulação dos *homens de negócios* e dos setores a eles ligados constatada por seu papel no processo de Independência e sua participação no Primeiro Reinado.

Se a idéia de um império luso-brasileiro não era nova¹⁵, ela começa a tomar forma com a elevação do Brasil a Reino Unido¹⁶, que correspondia aos interesses já enraizados no Brasil¹⁷, não só os relativos aos proprietários escravistas, como também aos setores ligados ao comércio. As notícias do Movimento do Porto, em 1820 – seus desdobramentos – levaram à ruptura, ao contrariar os os interesses dos setores que haviam lucrado com a transferência para o Rio e os “enraizados”. No dia 7 de março, o Rei anuncia a sua volta a Lisboa e a convocação de eleições para

¹¹ - Herculano Gomes Mathias. *Comércio – 173 Anos de Desenvolvimento*, ob. cit., p. 28.

¹² - Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Os Assinantes da Praça, 1834-1984*. Ob. cit., p. 17.

¹³ - Otávio Tarquínio de Souza. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1945, vol. 2; Iara Lis Carvalho Souza. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000; Pedro Octávio Carneiro da Cunha. “A fundação de um império liberal”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed., São Paulo, DIFEL, 1970, p. 238-262.

¹⁴ - Riva Gorenstein. “Comércio e Política: O enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830)”. Ob. cit., p. 212.

¹⁵ - Guilherme Pereira das Neves. “Do império luso-brasileiro ao império do Brasil (1789-1822)”. In: *Ler História*, Lisboa, nº 27/28, 1995, p. 75-102.

¹⁶ - Maria de Lourdes Viana Lyra. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994, p. 154 e segs.

¹⁷ - Maria Odila da Silva Dias. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: Carlos G. Mota (org). *1822. Dimensões*. 2a. ed., São Paulo, Perspectiva, 1986, p. 160-184.

escolher os representantes brasileiros nas Cortes.¹⁸ As atitudes das Cortes em Lisboa vieram a piorar a situação. Os *Negociantes* perceberam claramente a tentativa de recolonização do Brasil, especialmente a partir das decisões de substituir o príncipe regente por uma Junta, que deveria ser eleita e empossada em 60 dias e de ordenar o retorno de D. Pedro ao fim deste prazo.

Frente às exigências de Lisboa precipitou-se a união de D. Pedro, os poderes locais e os negociantes. Ato que marca e consolida tal união ocorreu em 9 de janeiro de 1822. O Senado da Câmara do Rio de Janeiro organizou um Manifesto, defendendo e solicitando a permanência do regente.¹⁹ Os Negociantes do Rio de Janeiro prepararam outro documento, enviado ao Senado da Câmara e entregue por esta ao regente, junto com o Manifesto, no qual afirmavam a sua preocupação com a *ordem* e que estavam

“(…) prontos a prestar, para conservação de Sua Alteza Real como Regente de todo o Brasil, na conformidade do citado decreto e instruções, os seus serviços pessoais, como milicianos, e os seus bens, na contribuição de qualquer subsídio que para isso for preciso.”²⁰

Em 30 de julho de 1822, diante da necessidade de fazer frente ao crescimento dos gastos da administração e dos custos de uma iminente guerra com as Cortes portuguesas, o príncipe regente assinou um decreto, autorizando que fosse contratado um empréstimo interno, no valor de 400 contos, a ser pago em dez anos, com juros de 6% ao ano e garantido pelas receitas da Província do Rio de Janeiro. O Ministro da Fazenda, Martim Francisco, conseguiu levantar este dinheiro entre os Negociantes.²¹ A atitude dos *homens de negócios* ajuda a entender a forte ligação que foi sendo estabelecida entre eles e o futuro imperador, que iria se desgastar mais tarde, com a renovação do tratado com a Inglaterra. Também no campo militar apoiaram a separação, tendo participado de diversas tropas e milícias.²²

Mais importante, entretanto, não só para a montagem do Estado Imperial, como para melhor garantir os seus interesses, foi a participação nos diversos níveis da administração. Diretamente, ou através de pessoas a eles ligados, os Negociantes ocuparam vários cargos importantes. Joaquim José de Faro e Francisco Fernandes Barbosa foram deputados na Junta provisória de 1821; Carneiro de Campos, Nogueira da Gama, Carvalho de Mello, Caldeira Brandt, Pereira da Fonseca, são integrantes de vários ministérios do Primeiro Reinado. Além disto, Pedro de Araújo Lima, futuro marquês de Olinda, também integrou ministério de d. Pedro e foi, mais tarde, presidente da *Sociedade Promotora da Colonização*²³, que tinha, como todas suas congêneres fins lucrativos²⁴, podendo então ser visto como um homem que vivia também da aplicação de recursos em instituições mercantis.

¹⁸ - Pedro Octávio Carneiro da Cunha. “A fundação de um império liberal”. Ob. cit.; Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Machado. *O Império do Brasil*. Ob. cit., p. 65 e segs; Emília Viotti da Costa. “Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil”. Ob. cit.

¹⁹ - *O Manifesto do Fico*. In: Paulo Bonavides e R. A. Amaral Vieira. *Textos políticos da história do Brasil*. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s/d, p. 62.

²⁰ - “Manifesto do Corpo de Negociantes e Oficiais de Ourives, de 2 de janeiro de 1822”. In: Paulo Bonavides e R. A. Amaral Vieira. *Textos políticos da história do Brasil*. Ob. cit., p. 64.

²¹ - Paulo Roberto de Almeida. “A diplomacia financeira do Brasil no Império”. In: *História econômica & história de empresas*. São Paulo, HUCITEC/ABPHE, 1998, v. 1, p. 11.

²² - Associação Comercial do Rio de Janeiro. *Os Assinantes da Praça, 1834-1984*. Ob. cit., p. 18.

²³ - Marco Morel. *La formation de l'espace public moderne à Rio de Janeiro (1820-1840)*. Tese de Doutorado em História. Université de Paris I, 1995. Ex. mim., I.2 – EXPLOSION ET CONSOLIDATION (1831-1840).

²⁴ - Sobre o caráter lucrativo das sociedades de colonização, enquanto um associação econômica, ver: Marco Morel. *Sociabilidades entre Luzes e sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX*. Rio de Janeiro, 2002. Ex. mim.

Apesar de seu prestígio e influência, não conseguiram impedir os acordos que determinavam o fim do tráfico e o aumento das despesas públicas, que forçavam cada vez mais as necessidades do Erário. Como já visto, os tratados com Portugal e a Inglaterra marcaram a separação entre o imperador e os Negociantes. Além disto,

“Surgiram (...) antagonismos com a nobreza portuguesa emigrada, os altos funcionários do Estado, que cada vez mais cercavam o imperador, ligando-se intimamente a ele e fazendo que o monarca se afastasse daquele grupo de grandes negociantes [que] (...) ameaçados com os acordos com a Inglaterra (...) não nutriam mais tantas simpatias pelo imperador (...)”²⁵

Mas, apesar disto, a abdicação foi também a sua derrota, uma vez que firmou o poder dos grandes Proprietários de Terra e Escravos, além de colocar em perigo o que mais eles prezava, a *ordem*, devido à instabilidade política e, no seu início, do avanço da descentralização. A situação política do império, ameaçado de desagregação, o pânico provocado pelo medo de revoltas de escravos, a morte do antigo imperador, o surgimento de um grupo ligado à expansão cafeeira capaz de dar sustentação ao império, tudo isto criou as condições de uma rearticulação das forças políticas, com a aproximação dos antigos *caramurus* das lideranças dos *chimangos*. Esboçava-se o *Retorno*.

No mesmo em que o Ato Adicional marcava um acordo, ainda que precário, entre as diversas facções políticas, surgiu no Rio de Janeiro a nova organização dos Negociantes. O início dos anos de 1830 havia sido ruim para eles. A abdicação os colocara em posição política secundária e suas principais lideranças ameaçadas de expulsão. Apostando na instabilidade, apoiaram os *caramurus*, mas a consolidação do poder da regência os ensinou que não havia volta para o antigo monarca. A geração de Negociantes que atingiu o apogeu no início do século estava sendo afastada pelo processo político em curso.

Em 1834, Felipe Néri de Carvalho, retomando uma antiga prática dos *homens de negócios*, aproximou-se do governo do império e, através de pessoa de suas relações, solicitou ao ministro da Fazenda, visconde de Sapucaí, que o governo imperial reparasse a desapropriação, dez anos antes, do prédio do *Corpo do Commercio*. Pedia que fosse doado um velho armazém no Beco dos Adelos, esquina da rua Direita, então um depósito de sal, para a construção de uma nova sede. O ministro atendeu ao pedido e foi feita uma subscrição para as obras. Entre os que a assinaram, pode-se encontrar o próprio ministro Sapucaí, o marquês de Maricá, o futuro visconde de Sepetiba, Aureliano de Souza Coutinho, Seignor-Plancher, do Jornal do Commercio e Carruthers.²⁶

Ao mesmo tempo, foi formada, pelo ministro, uma comissão, composta pelo mesmo Felipe Néri de Carvalho, Guilherme Theremin, Henrique Riedly e José Antônio de Carvalho, para discutir a formação de uma associação. Marcelino José Coelho recebeu a incumbência de redigir o *Regulamento para a Praça Comercial*. A proposta de Coelho foi submetida à outra comissão, com ele próprio, os três primeiros da responsável pelos Estatutos e outros membros do comércio, que a aprovou e enviou ao governo. Em 9 de setembro de 1834, o governo aprovou o *Regulamento*. Estava criada a *Sociedade dos Assinantes da Praça*, sucessora e institucionalização formal do antigo *Corpo de Commercio*, sendo Felipe Néri de Carvalho o seu primeiro presidente e tendo como diretores Francisco José da Rocha, Jorge Naylor, Henrique Riedly, William Moon, Guilherme Theremin, Diogo Birckhead, Marcelino José Coelho e Andrés de Lisauer.²⁷

Os *Negociantes* do Rio de Janeiro se reorganizavam e se apresentavam agora de forma institucional. A experiência do *Corpo de Commercio* foi de grande valia para eles. Porém, as alterações econômicas, sociais e políticas

²⁵ - Iara Lis Carvalho de Sousa. *Pátria Coroada. O Brasil como Corpo Político Autônomo (1780-1831)*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 337-338.

²⁶ - Eudes Barros. *A Associação Comercial no Império e na República: Antecedentes Históricos*. Rio de Janeiro, ACRJ, 1959, p. 30-31.

²⁷ - Herculano Gomes Mathias. *Comércio - 173 Anos de Desenvolvimento...*, ob. cit., p. 66-75.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

do país pediam uma outra forma de atuação. A *SAP* vinha responder a essas necessidades, desempenhando importante papel na defesa dos interesses dos *homens de negócios* do Rio de Janeiro.